

Resenhas

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

Podemos dizer que o que hoje se acha ausente é a linha de frente que outrora nos permitia decidir qual o movimento para frente e qual o de retirada.

(Zygmunt Bauman, 1998, p. 122)*

Nesse fragmento, Bauman evoca a ausência da linha de frente para argumentar sobre a impossibilidade da existência de uma vanguarda na arte contemporânea. Parafrazeio-o, evocando a ausência contemporânea do centro, mas para argumentar que a centralidade da cultura, à qual se refere Stuart Hall, no artigo referido, seria o que se pode chamar de uma centralidade pós-central: uma centralidade que se afirma sem recorrer a binarismos do tipo centro-periferia, alta cultura-baixa cultura, sujeito-objeto e tantos outros

* BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama.

que presidem o modo de pensar instaurado *na e pela* modernidade.

Sem esse recurso, o pensamento de Hall movimenta-se externamente à lógica em que o centro seria o lugar mais importante. Nesse movimento ele apresenta uma centralidade que borra fronteiras, que corrói hierarquias, e que torna sem sentido, inclusive, uma suposta disputa por ocupar o que seria o lugar da melhor explicação: uma centralidade que poderia ser traduzida pela quase impossibilidade de se ignorar a importância galgada pela(s) cultura(s) na vida humana, e pelo abalo que os processos culturais têm impingido às mais engenhosas e sólidas explicações acadêmicas fundamentadas no que se tem chamado de ciência moderna. Pode-se, também, perceber esse sentido da centralidade na ausência de pompa que marca o subtítulo do artigo.

Faço esses comentários não para dizer como – definitivamente – se deve ler esse texto, mas tão somente para apresentar ao leitor o modo como eu o li. Trata-se apenas de uma leitura entre muitas outras possíveis e desejáveis, a partir de muitas outras perspectivas. Assim, pretendo apenas informar ao leitor sobre a minha leitura e convidá-lo a desconfiar dela tanto quanto possível.

Com essa pretensão abordarei, a seguir, uma apresentação possível do texto de Hall para, depois, expor algumas questões suscetíveis de serem for-

muladas, penso eu, a partir do pensamento desse autor.

Esse artigo constitui, originalmente, o capítulo 5 do livro *Media and cultural regulation*, organizado por Kenneth Thompson e editado na Inglaterra em 1997. A versão aqui resenhada é uma tradução para a língua portuguesa publicada na revista *Educação & Realidade*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Neste artigo Hall, num primeiro momento, questiona o lugar da cultura, sua ocorrência na sociedade e na análise social contemporâneas, argumentando em torno das – assim, por ele, denominadas –, suas centralidades “*substantiva*” e “*epistemológica*”. E, num segundo momento, a partir da centralidade da cultura, discute alguns aspectos da regulação cultural.

Por centralidade substantiva entende-se “o lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular” (p. 16), e a centralidade epistemológica refere-se “à posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a ‘cultura’ é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo” (*idem*).

Ao abordar os aspectos *substanti-*

vos o autor analisa a questão do lugar da cultura em termos globais e fala do que chamou de *revolução cultural*, enfocando o domínio social da cultura na contemporaneidade, através da expansão da indústria cultural por intermédio das *tecnologias* e da *revolução na informação*.

Para Hall, a intensificação das trocas culturais, por intermédio das tecnologias da informação, institui a possibilidade de se aprofundar as diferenças culturais, inclusive com o surgimento de novas formações alternativas, sínteses do embate entre o velho e o novo. Com este modo de ver as perspectivas do desenvolvimento cultural, em face da aceleração da velocidade do tempo e da diminuição dos espaços, Hall contrapõe-se a pensadores que defendem a tese de que corremos o risco de termos, em pouco tempo, uma cultura única, homogeneizada em termos globais.

Para Hall, da mesma forma como ocorrem transformações culturais globais, a vida das pessoas também é afetada pelo processo de desenvolvimento dos meios de comunicação. Por intermédio da análise do processo de penetração de apelos e imagens nos nossos lares o autor deixa bastante claro que a revolução cultural está influenciando, também, o nosso modo de pensar e de agir: as mudanças culturais invadem, a todo instante, o nosso cotidiano e a nossa privacidade.

Ainda dentro dos aspectos substantivos, Hall argumenta em torno da aproximação entre a subjetividade e a objetividade, quando se trata da questão cultural. Argumenta que a formação das nossas identidades se dá culturalmente, ou seja, passa por uma escolha pessoal, mas fundamentalmente passa pela mediação de aspectos objetivos presentes nas normas, nas instituições, nas atividades, enfim nas ações e estruturas sociais contextualizadas em um determinado tempo e lugar.

Na centralidade epistemológica, o autor caracteriza o que chamou de *virada cultural* e localiza a sua “origem” na mudança de atitudes em relação ao modo de encarar a linguagem. Mostra, ainda, que a nova concepção de linguagem, numa relação total com o que se pode chamar de “realidade”, foi transposta para se utilizar na análise e compreensão da *vida social*.

Nessa perspectiva, – a da *virada cultural* –, Hall expõe a sua compreensão da relação que a cultura mantém com os aspectos sociais: políticos e econômicos. Aqui, argumenta que a cultura ao galgar um lugar de destaque na explicação das questões sociais não quer, de forma alguma, estar acima da dimensão política e econômica: diferente de estar acima ou abaixo, a cultura permeia todos os aspectos (ações, atividades e instituições) do campo político e econômico. Do mesmo modo, estes campos também se relacionam com a cultura, impondo-lhe limites: daí a importância de se considerar a dimensão cultural como elemento fundamental para a construção de leituras e explicações no campo social. A *virada cultural* seria, então, um deslocamento da noção de cultura na análise social contemporânea, quando esta passa a ser considerada importante nesta análise.

Ainda, no âmbito da centralidade epistemológica, é examinada a questão da influência que o deslocamento da noção de cultura vem exercendo em diversos campos científicos – em especial na análise sociológica –, no interior da vida acadêmica.

Uma terceira questão abordada pelo autor é a referente à regulação cultural. Aqui, caracteriza com propriedade a relação entre cultura e poder para servir de fio condutor ao exame do modo como a esfera da cultura é governada. A partir dessa relação, desenvolve a discussão sobre a cultura e a mudança cultural; e, nessa discussão aborda duas tendências na *direção da*

política cultural: a regulação e a desregulação.

Para esclarecer estas tendências é caracterizada a articulação entre elas no âmbito das definições da política cultural. Aqui, Hall problematiza a idéia de que existe uma contraposição entre o Estado e o mercado, na qual o Estado representaria restrição e o mercado, liberdade. Para ele, tanto um quanto outro são regulados, o que diferencia a regulação de um e de outro são as múltiplas formas de combinação entre o que é e o que não é permitido. Relativamente, ainda, à questão do governo da cultura o autor ressalta a importância de se conhecer como a cultura é regulada, afirmando que a cultura, por seu turno, *nos governa*, isto é, “regula nossas condutas, ações sociais e práticas e, assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla” (p. 39).

Por fim, no contexto do funcionamento da cultura, Hall analisa a questão da regulação *através da* cultura. Para ele existem três tipos dessa regulação: a *normativa*, significando que as nossas ações são norteadas por normas, no sentido de que tudo o que fazemos tem um sentido dado pelas regras e convenções existentes na nossa cultura; a regulação através dos sistemas classificatórios, na qual nossas ações são classificadas e nossas condutas e práticas comparadas com base numa série de categorias que definem padrões aceitáveis ou não; e, por último, a regulação da cultura por meio da constituição de novas subjetividades, que são definidas através de alterações no sistema organizacional do qual fazemos parte.

Em síntese, é dessa maneira que apresento esse artigo de Stuart Hall, bem como a centralidade da cultura, a que ele se refere. Entretanto, alerto o leitor sobre a impossibilidade, imposta pela ambivalência própria da língua, de que essa apresentação possa ter um

sentido único e essencial. Esse alerta vale, também, para as considerações gerais, que farei a seguir, acerca do pensamento do autor e de algumas inquietações que ele pode gerar.

Neste artigo, Hall expõe uma leitura clara sobre as transformações culturais que estão em processo com o desenvolvimento das tecnologias, com a celeridade dos processos de comunicação e com a expansão da indústria cultural e sua influência no funcionamento dos aspectos sociais. Com a expressão *leitura clara*, refiro-me ao fato de que o autor abarca uma diversidade de aspectos, sem ser reducionista e sem recorrer à segmentação própria dos campos científicos denominados tradicionais.

Ao abordar, por exemplo, a relação entre o que seriam aspectos internos – da psique – e o que seriam aspectos externos – objetivos –, o autor aponta para a dificuldade cada vez maior de separar-se estas duas dimensões no contexto da cultura: a formação cultural, da identidade, implica ambas as dimensões e não reconhece as fronteiras formais modernamente estabelecidas. Considerando-se essa dificuldade, pode-se questionar: como ficam as disciplinas ou campos do conhecimento que estudam, cada qual do seu lado, a questão psíquica e a questão social? Como elas respondem – ou têm respondido – a essa problemática?

A questão da identidade sob o enfoque cultural coloca, assim, um enorme ponto de interrogação sobre a tradição disciplinar, sobre a divisão do conhecimento em campos específicos, fechados, absolutos, incomunicáveis. Essa pergunta não se satisfaz com uma possível resposta moderna de que basta um sujeito racional; aliás, a afirmação da formação cultural da identidade coloca em dúvida a própria possibilidade de um sujeito monolítico, concluso e fixo. Eis uma contribuição ao pensamento contemporâneo.

Essas e outras questões, afloradas pelo modo como Hall examina a importância da noção de cultura para a análise social contemporânea, projetam um mosaico das crescentes fragilidades que atingem o, assim denominado, pensamento moderno. E, na outra face desse mosaico, essas mesmas questões inscrevem possibilidades de invenção de saberes que não sejam formatados pela linearidade arrogante e/ou “higienizados” em quarentenas científicas.

Em suma: para falar sobre a centralidade da cultura, esse autor desloca-se da lógica segundo a qual haveria um centro irradiador da verdade última. E, dessa maneira, não se pode imputar-lhe a pretensão de ocupar o que seria um lugar explicativo acima de todos os outros lugares: uma suposta pretensão de ocupar o que seria o suposto lugar mais alto do *podium*. Hall sequer se coloca nessa disputa. E, essa despreensão, principalmente, confere vigor e fecundidade ao seu pensamento.

João de Deus dos Santos

Professor de didática da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no Campus Universitário de Cáceres, MT, e doutorando em educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: jzeus@terra.com.br

DUARTE, Rosália. *Cinema & educação: refletindo sobre cinema e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, (p. 126)

Mais um livro da interessante e útil coleção Temas & Educação, da Editora Autêntica acaba de ser lançado. Trata-se de *Cinema & Educação*, de Rosália Duarte, professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação,

da PUC-Rio. Ao invés de seguir a tendência dominante – de tratar o cinema como mais um recurso didático para o ensino –, Rosália parte do entendimento de que a educação e o cinema são formas de socialização dos indivíduos e instâncias culturais que produzem saberes, identidades, visões de mundo, subjetividades. Assumindo que muitas das concepções veiculadas em nossa cultura têm como referência significados que emergem das relações construídas tanto entre alunos e professores quanto entre espectadores e filmes, a autora aponta o caráter extremamente educativo do cinema. A medida em que vai estabelecendo conexões entre o currículo nas salas de aula e o currículo no cinema, Rosália levanta questões importantes seja no que diz respeito às dimensões culturais do campo educacional, seja no que diz respeito ao próprio uso do cinema na educação escolarizada.

A prática de ver filmes fez com que a própria autora ampliasse seus conhecimentos, o que lhe instigou a estudar as relações das pessoas com o cinema e o papel desempenhado pelos filmes na formação das pessoas em sociedades audiovisuais como a nossa. Ela diz que o livro foi fruto de sua experiência pessoal como espectadora, pesquisadora e professora. Assim é que, como toda escrita apaixonada, é possível sentirmos a presença da autora no decorrer da leitura. Comenta sobre sua paixão por assistir a filmes desde quando era criança (muitos deles, na televisão), bem como sua paixão pelo cinema, o que envolve certos “sacrifícios” para que se possa entrar no mundo dos cinéfilos.¹

¹Segundo a autora, no mundo do cinema, *cinéfilos* são pessoas que desenvolvem uma relação muito intensa com filmes: vêem de tudo, vão ao cinema regularmente, vêem filmes em vídeo e na tevê, freqüentam festi-